

**MBO'E'PY ÑEPYRŪ ÑE'E GUARANI: ÑEMOMBARETE MBO'E'PY
MBOEROY'PY**

Loide Aquino Ximenes
Licenciatura Intercultural Indígena – UFGD
Francisco Vanderlei Ferreira da Costa (orientador)

Contando as escolas indígenas e as suas extensões, o município de Dourados conta com oito estabelecimentos. Todas essas escolas possuem salas de aula dedicadas à alfabetização. Neste município são várias salas de aula, na maioria das vezes superlotadas, onde o professor tem a obrigação de ensinar a escrita da língua. Trata-se de um ambiente bilíngüe, onde os professores são indígenas e não indígenas e lidam com alunos que têm como língua materna o guarani e o português¹. Mas a língua portuguesa goza de um prestígio que induz pais indígenas a muitas vezes pedirem o ensino nesta língua.

Logo após a implantação da escola indígena neste município, professores, pais e comunidade se reuniram para discutir como se queria o ensino. Neste ínterim, ficou claro que as crianças aprendiam em casa, como língua materna, a língua guarani. Por isso, seria mais interessante que a escrita fosse adquirida em língua guarani, pois várias crianças iriam para a escola sem saber o português. Inclusive essa dificuldade com outra língua diferente da materna, se apresentaria tanto no ensino quanto no contato professor/aluno em sala da aula. Os pais afirmaram inclusive que anteriormente entendiam o ensino em guarani como se fosse uma regressão, isso a uma época que não reflete mais as expectativas dessa comunidade. Mas que naquele momento já viam o ensino na língua como um respeito e um direito de seus filhos, sem estar ligado a pensamento anacrônico, ou ser algo ultrapassado. Eles concluíram que a escola deveria sim trazer a língua guarani para suas entranhas, pois isso era atual e importante para essa comunidade.

Com o aval dos pais, professores, escola e secretaria municipal de educação ficou decidido que nos anos iniciais do ensino fundamental se daria prioridade à língua guarani. Com a contratação de mais professores indígenas se daria conta dessa tarefa. Ainda com oito anos de ensino fundamental, a primeira série seria toda realizada em

¹ Há crianças indígenas guarani e kiowá que aprendem o guarani em casa e crianças terena que aprendem o português ou o terena como língua materna.

língua guarani. Entretanto, desde aqueles dias não se fez efetivamente ações que reafirmassem essa expectativa. Ou seja, somente aos professores foi dada essa tarefa, não se construíram alternativas como material em língua guarani ou outros apoios pertinentes. Havia uma pesquisa organizada pelos professores em conjunto com a secretaria municipal de educação para resultar na publicação de material, a pesquisa foi efetuada, mas o material não foi confeccionado.

Vale ainda ressaltar que nem todas as escolas escolheram alfabetizar em guarani, isso porque em algumas aldeias havia alunos de outras etnias. Mas a maioria das escolas escolheu alfabetizar na língua indígena.

No transcorrer do tempo, com o trabalho já se efetivando, havia um relativo apoio para se alfabetizar na língua. O acompanhamento era feito pela secretaria municipal que trouxe vários especialistas, além de que o curso normal médio Ará Verá, mantido pelo estado de Mato Grosso do Sul, auxiliava nas discussões sobre alfabetização, entretanto mesmo tendo toda essa assessoria não se chegou a concluir a produção de materiais, como afirmamos anteriormente. Mas se discutiu bastante a aquisição da escrita em língua indígena. Relembrando que a adesão ao ensino em língua materna foi sempre parcial, tanto por parte dos professores quanto das escolas.

Atualmente o ensino na língua guarani está perdendo o pouco espaço garantido. Se antes a língua não conseguiu sair das séries iniciais do ensino fundamental², agora não tem conseguido chegar nem nelas. O discurso que vem tomando conta das escolas é o da disputa por mercado de trabalho. Vende-se a idéia de que ensinar o português é oferecer condições de disputar espaço com não indígenas pelos melhores salários. Esse discurso vem de indígenas gestores de escolas, por isso não pode ser tratado com descaso. Precisa-se pensar nos motivos que são usados para embasar essas idéias.

Mas isso não significa aceitar tais idéias, pois as escolas não podem funcionar como se sua única função fosse preparar para o mercado de trabalho, isso principalmente nos primeiros anos de aquisição da escrita. Não podemos concordar com essa idéia, pois tanto a constituição federal, em seus artigos 231 e 232, quanto diversas outras leis garantem às comunidades indígenas uma educação que respeite seu modo de ser e agir, independente da sua etnia. Ficando a critério de o povo escolher em que

² As séries finais do ensino fundamental teve sempre a língua portuguesa como língua prioritária.

língua alfabetizar, no entanto, a criança merece ser alfabetizada em sua língua materna. As comunidades indígenas desse estado reafirmaram esse direito, a língua guarani foi escolhida por esse povo, portanto as escolas devem proporcionar tal educação. A alfabetização em sua própria língua lhes trará a facilidade de dialogar com os saberes tradicionais e os saberes ditos universais. Desta forma, não há perda para as crianças ao serem alfabetizadas em guarani, a língua portuguesa chegará em outro momento e será bem vinda, porém não deve tornar invisível a língua guarani.

A aprendizagem entre os kaiowá e os guarani se efetiva em grande parte pela observação e pela convivência, em casa a criança ouvirá seus pais falando em sua língua, então o processo de alfabetização em outra língua dificultará a aquisição da escrita. Levando-a a não adquirir essa modalidade da língua como deveria, portanto isso não a tornará um bom profissional. Adquirindo a escrita com qualidade, facilitará conseqüentemente a aquisição de escrita de uma segunda língua, tornando essa criança capaz de disputar espaços na sociedade.

Diante da situação que hora vivenciamos, percebe-se um grande impasse nas escolas ditas indígenas e isso vem ocorrendo em grande freqüência, pois não há dialogo aberto com os pais e professores. A escola não proporcionou esse espaço. Os pais estão sendo atendidos somente pelos diretores e coordenadores, os quais estão discutindo um sistema de ensino muitas vezes diferente do que se espera de uma escola indígena. Os professores foram tolhidos da liberdade de conversar com pais e escola, pois não se cria mais esse palco de discussão. Isso dificulta muito a ação de pensar a alfabetização na língua materna, por que os pais são levados a pensar que a criança só será bem sucedida se aprender a ler e escrever na língua majoritária desse país. E acaba vendo o guarani somente como a língua oral, a qual não precisa ser escrita³.

Com essa pesquisa a qual me proponho realizar, quero assegurar que a alfabetização e o letramento das crianças sejam de fato na língua materna, para que estas cresçam em condições de defender sua identidade étnica, social e cultural em todos os ambientes, conseguindo, também, transitar por todos os espaços sociais que desejem. E isso garantirá de certa forma um status para a língua guarani, elevando-a ao nível de língua efetivamente reconhecida. A criança não precisa aprender outra língua em seus primeiros anos, porém os meios de comunicação só transmitem em língua

³ Não nos deteremos, neste momento, a essa discussão, mas não é difícil ver o guarani dessa maneira. Os espaços sociais não valorizam essa língua, fora da aldeia não há lugar para sequer falar em guarani, escrever então fica restrito à escola indígena. É necessário criar política de produção da escrita na língua indígena.

portuguesa, os médicos, os livros, os jornais, estão todos usando essa língua, até nas brincadeiras com crianças não índias aparece uma língua diferente da materna. A escola, porém, não precisa começar pela escrita em português, pois tudo isso prova que a língua em evidência não é a indígena, então a escola não pode também abandoná-la.

Melià (1979, p. 74) realiza uma afirmação interessante quando diz que a alfabetização se faz em uma só língua, nas outras somente se adapta o método ao novo código. A alfabetização acontece em uma língua, a qual deve ser a materna. Antes de ir para a escola, a oralidade tem um espaço muito grande na vida da criança, o professor precisa trazer essa oralidade para sala de aula, facilitando, assim, a aquisição da escrita. Essa prática enriquecerá o mundo lingüístico da criança, respeitando sua familiaridade com uma língua, evitando assim rupturas e fragmentos em seu pensamento infantil. Facilitando até o relacionamento da criança com o mundo escolar.

A alfabetização deverá ser discutida e observada sobre duas perspectivas (MAGDA SOARES, 2007), da função social, pois é urgente saber qual valor a classe trabalhadora atribui à escrita, também deve-se compreender o significado construído pelas crianças para tal modalidade. É necessário pensar em como a escola indígena resolverá e posicionará a alfabetização, pois para ser significativa ela deverá ocupar um espaço nessa sociedade. A escola indígena é certamente o palco das diferenças (NASCIMENTO, 2004), mas é possível e necessário lutar por essa escola específica e diferenciada.

O mercado de trabalho é importante e deve ser olhado pela escola, mas não deve ser argumento para o abandono de política de fortalecimento das culturas. Quem precisa mudar é o mercado de trabalho não a comunidade indígena para poder concorrer a ele. A valorização da língua faz parte de um momento de luta importante e tendo tantos anos de desvalorização, não será fácil recuperar o status, porém a escola é responsável para lutar pela valorização de sua comunidade. Por isso, essa pesquisa versará sobre a alfabetização no município de Dourados, mostrando a relação entre língua escrita e necessidades sociais de um grupo.

Referência bibliográfica

BARTOMEU, Melià. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Edição Loiola, 1979. Coleção “Missão Aberta” – II.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de Outubro de 1988.

NASCIMENTO, Adir. **Educação Indígena Palco das Diferenças**. Campo Grande-MS: Editora da UCDB, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007.